



Câmara Municipal de Pouso Alegre

Estado de Minas Gerais

- F-C Assessoria Jurídica
- F-C Comissão de Legislação, Justiça e Redação
- F-C Comissão de Ordem Social
- F-C Comissão de Administração Pública
- F-C Comissão de Adm. Financeira e Orçamentária
- F-C Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Deficiente e da Pessoa Idosa
- F-C Comissão de Saúde, Meio Amb. e Prot. Animal
- F-C Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Quórum:
 (X) Maioria Simples
 () Maioria Absoluta
 () Maioria Qualificada

PROJETO DE LEI Nº 7.645/2020

Às Comissões, em 24/11/2020

ASSUNTO:
DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE
LOGRADOURO PÚBLICO: RUA
PROFESSORA ANTÔNIA SÊDA DE ASSIS
(*1919 +2002).

Autor: Adriano da Farmácia

Anulações. _____

1ª Disc. / Votação	2ª Disc. / Votação	Única Votação
Proposição: _____	Proposição: _____	Proposição: <u>ANSUVAL</u>
Por _____ votos	Por _____ votos	Por <u>11 x 0</u> votos
em ____ / ____ / ____	em ____ / ____ / ____	em <u>03 / 12 / 2020</u>
Ass.: _____	Ass.: _____	Ass.: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI Nº 7645 / 2020

**DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE
LOGRADOURO PÚBLICO: RUA
PROFESSORA ANTÔNIA SÊDA DE ASSIS
(*1919 +2002).**

Autor: Ver. Adriano da Farmácia

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se RUA ANTÔNIA SÊDA DE ASSIS, a atual Rua "04", no bairro Lago Azul, com início na Rua José Paulino Domingues e com término na Rua José Vitor Domingues.

Art. 2º Revogada todas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Pouso Alegre, em 01 de dezembro de 2020.


Rodrigo Modesto
PRESIDENTE DA MESA


Dionísio Pereira
1º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº 7645 / 2020

**DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE
LOGRADOURO PÚBLICO: RUA
PROFESSORA ANTÔNIA SÊDA DE ASSIS
(*1919 +2002).**

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se RUA ANTÔNIA SÊDA DE ASSIS a atual Rua "04", no bairro Lago Azul, com início na Rua José Paulino Domingues e com término na Rua José Vitor Domingues.

Art. 2º Revogada todas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 2020.

Adriano da Farmácia
VEREADOR

ASSINADO POR ADRIANO CESAR PEREIRA BRAGA:80003761649 - 24/11/2020 16:32:11 - Y9C7-U9H9-N8V5-J6V2



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE Estado de Minas Gerais



JUSTIFICATIVA

Antônia Sêda de Assis, nasceu em 13 de junho de 1919, em Santa Rita do Sapucaí/MG, filha de Deodato Sêda e de Josefa Pata.

Ainda jovem, casou-se com Carlos Gomes de Assis, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Antônia era uma mulher à frente do seu tempo e acreditava na força do trabalho da mulher, desta maneira ingressou como funcionária dos Correios e Telégrafos na agência de Pouso Alegre.

Em 1955, Antônia veio residir em Pouso Alegre e ingressou como Professora na Escola Estadual Monsenhor José Paulino, onde permaneceu até sua aposentadoria. Exímia educadora e também catequista, foi uma professora amável que não media esforços para ensinar os alunos, sempre dedicada, acreditava que a educação era essencial para o desenvolvimento do ser humano.

Ficou viúva em 1971 e passou a ser a chefe de sua família, assumindo todas as responsabilidades e com muita fé, venceu muitos desafios e conseguiu criar os filhos com a ajuda de Deus. Já em idade avançada, Antônia ficou muito doente e no dia 11 de agosto de 2002 veio a óbito.

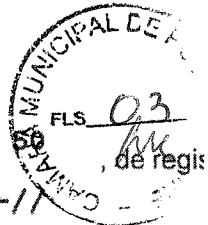
Professora Antônia, como era carinhosamente conhecida, deixou um legado para todos os pouso-alegrenses. Coerente com o que pensava, como professora conservou seu idealismo até os últimos dias de vida. Como ser humano, foi de uma retidão implacável. Amante da literatura escreveu um livro sobre as origens de sua família.

Professora Antônia marcou muitas pessoas por sua amizade constante e sincera, foi uma mulher de grandes ideais e ficou no coração dos que tiveram a felicidade de conhecê-la.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 2020.

Adriano da Farmácia
VEREADOR

ASSINADO POR ADRIANO CESAR PEREIRA BRAGA:80003761649 - 24/11/2020 16:32:11 - Y9C7-U9H9-N8V5-J6V2



CERTIFICO que sob o nº 17093 à fl. 79 do livro C de óbitos, se encontra o assento de ANTONIA SÊDA DE ASSIS, -//

falecido (a) nesta cidade, aos 11 de agosto de 2002 às 16:10 do sexo feminino, profissão aposentada, -// natural de Santa Rita do Sapucaí, MG, -//, domiciliado e residente esta cidade, -//, com 83 anos de idade, estado viúvo(a), filho (a) de Deodato Sêda e de Josefa Pata, -//

// tendo sido declarante Luiz Guilherme Ferracioli Rebelo, -// o óbito atestado pelo Dr. Hudson de Almeida, -// que deu como causa da morte: falência de múltiplos órgãos e sistema pneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica, -// e o sepultamento feito no cemitério de esta cidade (Municipal). -//

Observações: Viúva de Carlos Gomes de Assis, deixando dois filhos de nomes: Maria Antonia e João Carlos. Era eleitora e não deixou bens. //

//
//

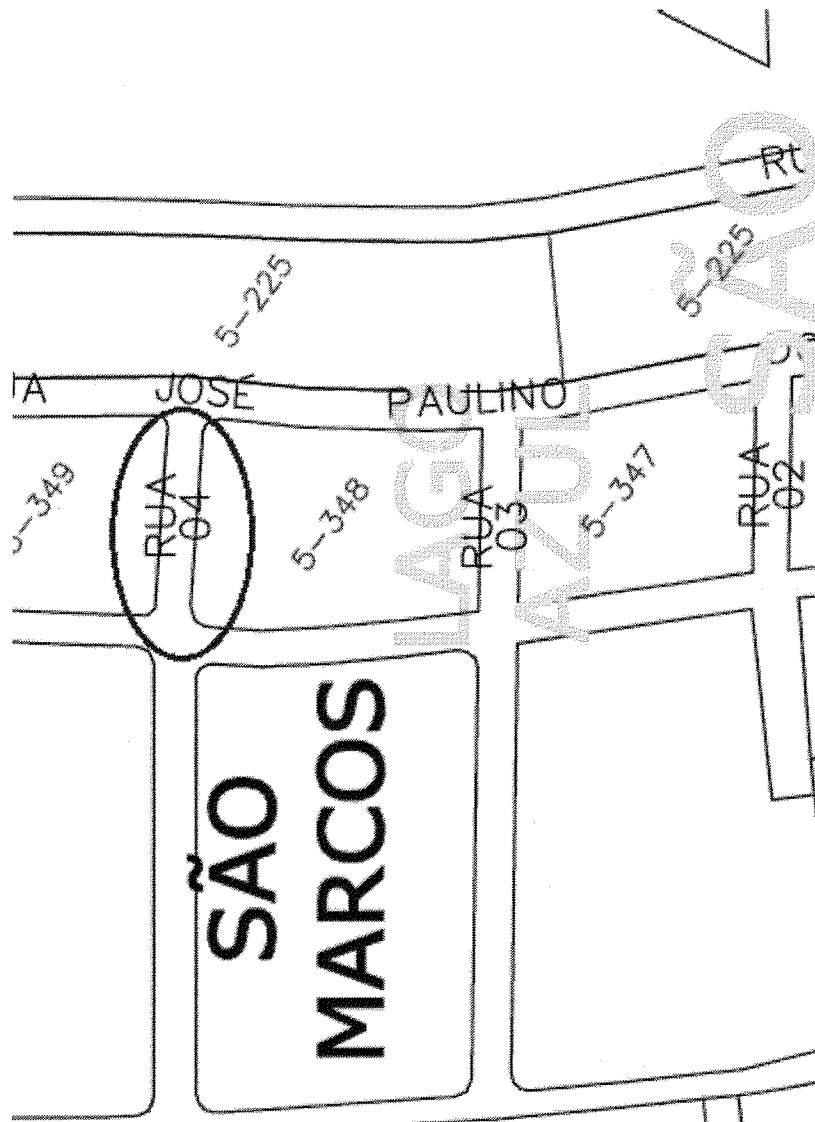


O referido é verdade e dou fé.



Pouso Alegre, 15 de agosto de 2002.

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL





Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG

Pouso Alegre, 23 de novembro de 2020.

PARECER JURÍDICO

Autoria – Poder Legislativo

Nos termos do artigo 79 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a analisar os aspectos legais do **Projeto de Lei nº 7.645/2020**, de autoria do vereador Adriano da Farmácia, que “**DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA PROFESSORA ANTÔNIA SÊDA DE ASSIS (*1919 +2002)**”.

O Projeto de Lei em análise, em seu *artigo primeiro (1º)*, passa a denominar-se RUA ANTÔNIA SÊDA DE ASSIS a atual Rua "04", no bairro Lago Azul, com início na Rua José Paulino Domingues e com término na Rua José Vitor Domingues.

O *artigo segundo (2º)* aduz que revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FORMA

A matéria veiculada deve ser proposta em forma de Projeto de Lei conforme art. 251 do Regimento Interno e está adequada à competência legislativa assegurada ao Município no artigo 30, inciso I e IX da Constituição Federal.

Art. 251. Os Projetos de Lei Ordinária são proposições que tem por fim regular toda matéria legislativa de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.



INICIATIVA

A iniciativa por parte do vereador encontra-se conforme o artigo 39, I, c/c artigo 44 da Lei Orgânica do Município, adequada ao artigo 54, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal, sendo a matéria em análise de competência municipal e de iniciativa não privativa do Prefeito.

Assim prevê a Lei Orgânica Municipal:

Art. 39. Compete à Câmara, fundamentalmente:

I - legislar, com a sanção do prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município;

Parágrafo único – A competência a que se refere o inciso I deste artigo, envolve os assuntos arrolados nos arts. 18 a 21 e ainda:

II - denominar estabelecimentos, vias e logradouros públicos;

Art. 235. É vedado dar nome de pessoas vivas a ruas, vias, logradouros públicos ou a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

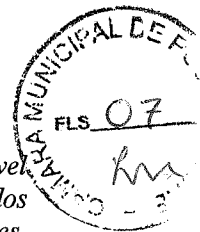
Parágrafo único. Para os fins do artigo, somente poderá ser homenageada a pessoa que, comprovadamente, tenha prestado relevantes serviços ao Município ou que tenha se destacado, notoriamente ao nível municipal, estadual ou nacional.

Corroborando acerca das competências municipais, os ensinamentos do mestre Nelson Nery Costa, *in* Direito Municipal Brasileiro, 8ª edição, GZ Editora, p. 177:

Competem, ainda, à Câmara Municipal diversas outras matérias, naquilo que seja classificado como interesse local, podendo ser a aprovação de autorização de empréstimos e operações de crédito, assim como a forma e os meios de pagamento; delimitar o perímetro urbano; autorizar a concessão de auxílio e subvenções; denominar os próprios, vias e logradouros públicos; estabelecer programas e planos de desenvolvimento. Pode, ainda, elaborar leis sobre registro, vacinação e capturas de animais; sobre concessão de licenças e alvarás; dispor sobre denominação, numeração e emplacamento de logradouros públicos; legislar sobre os serviços de transporte coletivo urbano e intramunicipal, abastecimento de água e esgotos sanitários; mercados, feiras e matadouros locais; cemitérios e serviços funerários; iluminação, limpeza pública, dentre outras competências.
(grifo nosso)

Por interesse local entende-se:

Apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se àqueles interesses que possam dizer respeito mais diretamente às necessidades imediatas do Município, mesmo que acabem gerando reflexos no



interesse regional (Estados) ou geral (União), uma vez que é inegável que mesmo atividades e serviços tradicionalmente desempenhados pelos Municípios, como transporte coletivo, polícia das edificações, fiscalização das condições de higiene de restaurantes e similares, coleta de lixo, ordenações do uso do solo urbano, etc., dizem secundariamente com o interesse estadual e nacional. (FERREIRA, Gilmar Mendes, in Gestão Pública e Direito Municipal, 1ª. ed., Saraiva).

Consoante tem sido o entendimento do Supremo Tribunal Federal. No exame do Recurso Extraordinário 1151237, a maioria declarou constitucional o dispositivo da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, que prevê competência para a denominação de vias, logradouros e prédios públicos tanto para o prefeito, como para a Câmara Municipal. O relator ministro Alexandre de Moraes registrou o seguinte:

As competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, que, apesar de difícil conceituação, refere-se àqueles interesses que disserem respeito mais diretamente às suas necessidades imediatas.

(...)

Por outro lado, a norma em exame não incidiu em qualquer desrespeito à Separação de Poderes, pois a matéria referente à “denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações” não pode ser limitada tão somente à questão de “atos de gestão do Executivo”, pois, no exercício dessa competência, o Poder Legislativo local poderá realizar homenagens cívicas, bem como colaborar na concretização da memorização da história e da proteção do patrimônio cultural imaterial do Município.

(...)

Em nenhum momento, a Lei Orgânica Municipal afastou expressamente a iniciativa concorrente para propositura do projeto de lei sobre a matéria. Portanto, deve ser interpretada no sentido de não excluir a competência administrativa do Prefeito Municipal para a prática de atos de gestão referentes a matéria; mas, também, por estabelecer ao Poder Legislativo, no exercício de competência legislativa, baseada no princípio da predominância do interesse, a possibilidade de edição de leis para definir denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações. (grifo nosso).

É imperioso registrar que, antes da apresentação de Projetos de Lei de denominação de logradouro público, os nobres Edis devem buscar, junto aos órgãos competentes, informações se o bem público oficial é inominado e se possui homônimos. A investigação para verificar a existência de nome anterior na referida rua que se pretende denominar é de suma importância, já que estaríamos alterando denominação com procedimentos distintos, regulados pela Lei Municipal nº 3620/99:



Art. 1º. *Sem prejuízo do disposto nos artigos 39, 235 e seus parágrafos da Lei Orgânica Municipal, a denominação de vias e logradouros públicos só poderá ser alterada mediante requerimento ou termo de concordância firmado, no mínimo, por 80% (oitenta por cento) de seus moradores.*

Isto posto, S.M.J., não se vislumbra obstáculo legal à regular tramitação do Projeto de Lei. Insta registrar que este parecer se refere exclusivamente aos aspectos legais de tramitação, sendo que a questão de mérito cabe única e exclusivamente ao Douto Plenário desta Casa de Leis.

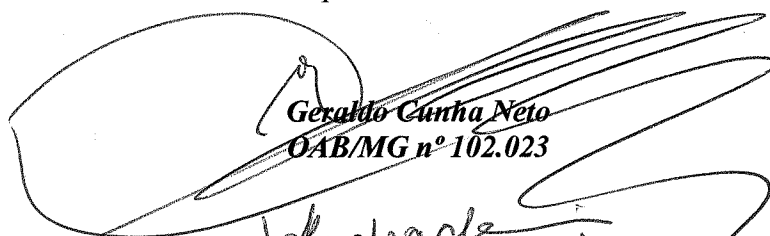
QUORUM

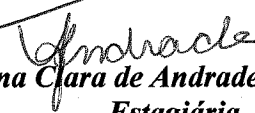
Oportuno esclarecer que, por se tratar de bem público inominado, para a sua aprovação é exigido quorum de **maioria simples**, nos termos do art. 53 da L.O.M. c/c artigo 56, inciso III, do R.I.C.M.P.A.

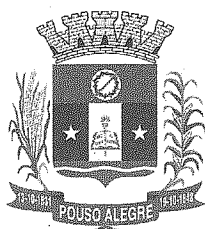
CONCLUSÃO

Por tais razões, exara-se **parecer favorável** ao regular processo de tramitação do **Projeto de Lei 7.645/2020**, para ser submetido à análise das ‘Comissões Temáticas’ da Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária, salientando-se que, o parecer jurídico exarado é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito, compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o modesto entendimento e parecer, S.M.J..


Geraldo Cunha Neto
OAB/MG nº 102.023


Ana Clara de Andrade Ferreira
Estagiária



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

PARECER Nº 146 DE 2020

RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **PROJETO DE LEI Nº 7645/2020, QUE “DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA PROFESSORA ANTÔNIA SÊDA DE ASSIS (*1919 +2002).”**

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Município, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe especificamente, nos termos do artigo 68, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

Conforme prevê a lei orgânica Municipal em seu artigo 39 que traz a seguinte redação: “Compete à Câmara, fundamentalmente: (I) - legislar, com a sanção do prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município e (II) denominar estabelecimentos, vias e logradouros públicos;”.

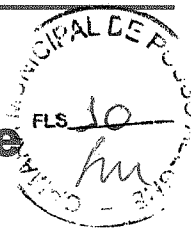
Com este Projeto passa a denominar-se RUA ANTÔNIA SÊDA DE ASSIS a atual Rua "04", no bairro Lago Azul, com início na Rua José Paulino Domingues e com término na Rua José Vitor Domingues.

Antônia Sêda de Assis, nasceu em 13 de junho de 1919, em Santa Rita do Sapucaí/MG, filha de Deodato Sêda e de Josefa Pata. Ainda jovem, casou-se com Carlos Gomes de Assis, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Antônia era uma mulher à frente do seu tempo e acreditava na força do trabalho da mulher, desta maneira ingressou como funcionária dos Correios e Telégrafos na agência de Pouso Alegre. Em 1955, Antônia veio residir em Pouso Alegre e ingressou como Professora na Escola Estadual Monsenhor José Paulino, onde permaneceu até sua aposentadoria. Exímia educadora e também catequista, foi uma professora amável que não media esforços para ensinar os alunos, sempre



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

dedicada, acreditava que a educação era essencial para o desenvolvimento do ser humano. Ficou viúva em 1971 e passou a ser a chefe de sua família, assumindo todas as responsabilidades e com muita fé, venceu muitos desafios e conseguiu criar os filhos com a ajuda de Deus. Já em idade avançada, Antônia ficou muito doente e no dia 11 de agosto de 2002 veio a óbito. Professora Antônia, como era carinhosamente conhecida, deixou um legado para todos os pouso-alegrenses. Coerente com o que pensava, como professora conservou seu idealismo até os últimos dias de vida. Como ser humano, foi de uma retidão implacável. Amante da literatura escreveu um livro sobre as origens de sua família. Professora Antônia marcou muitas pessoas por sua amizade constante e sincera, foi uma mulher de grandes ideais e ficou no coração dos que tiveram a felicidade de conhecê-la.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei em estudo, eis que não foram constatados obstáculos legais à tramitação do aludido Projeto de Lei.

Dessa forma, esta Comissão concluiu que o Projeto de Lei nº 7645/2020 cumpriu as condições legais no que tange à competência e à iniciativa.

CONCLUSÃO

Após análise do presente **Projeto de Lei nº 7645/2020**, a Comissão verificou que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação EXARA PARECER FAVORÁVEL à tramitação do referido Projeto de Lei, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 01 de dezembro de 2020.


Dionísio Ailton Pereira
Relator

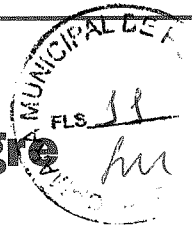

Bruno Dias
Presidente


Rafael Aboláfio
Secretário



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

(Parecer 137/2020)

Pouso Alegre, 25 de novembro de 2020.

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(CAP)
RELATÓRIO

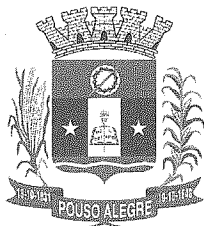
A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **projeto de lei 7645/2020** Dispõe sobre denominação de logradouro público: Rua Professora Antônia Sêda de Assis (*1919 +2002) e dá outras providencias.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Administração Pública cabe especificamente, nos termos do artigo 70, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

Segundo prevê a lei orgânica Municipal em seu artigo 39 que traz a seguinte redação: “Compete à Câmara, fundamentalmente: (I) - legislar, com a sanção do prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município e (II) denominar estabelecimentos, vias e logradouros públicos”.

Esta comissão analisou que o referido projeto de lei passa a denominar-se Rua Antônia Sêda de Assis a atual Rua "04", no bairro Lago Azul, com início na Rua José Paulino Domingues e com término na Rua José Vitor Domingues



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei em estudo.

Diante do exposto, segue a conclusão deste parecer, cujos termos estão devidamente apresentados.

CONCLUSÃO

O Relator da Comissão Permanente de Administração Pública, feita a análise, **EXARA PARECER FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 7645/2020.**

Vereador Leandro Morais

Relator

Vereador Dito Barbosa

Presidente

Vereador Oliveira

Secretário